

DISPUTA DE PODER LIGAS CAMPONESAS X IGREJA CATÓLICA

Maurina Holanda Cavalcante*

Este texto enfoca a disputa de poder¹ na região camponesa nordestina do Brasil. À Igreja Católica e o seu imaginário cristão opõe-se seu contra-imaginário revolucionário, as Ligas Camponesas e o Partido Comunista Brasileiro. A igreja repudia e reprime a organização social, os atores e os fazeres de resistência das ligas, do partido e do povo.

Nos anos 50 considerada pela historiografia zona subdesenvolvida, o nordeste via o homem lavrar sua terra primitivamente e viver de culturas de subsistência, plantando milho, feijão e mandioca para sobreviver. Para ANDRADE (1964:246), “70% da população eram analfabetos, e a mortalidade infantil tinha taxa muito elevada; de 100 crianças nascidas, metade não chegava a 1 ano de vida”. A opção deste estudo, entretanto, não é reproduzir fome, seca, poder nem desmandos políticos oligárquicos vigentes até hoje.

A história interessa como espaço de conflitos, lutas sociais principiadas no fim dos 40, diz ALBUQUERQUE (1999:183): “um Nordeste construído como espaço de utopias, lugar de sonho, do novo amanhã. PCB e ligas camponesas enfrentaram a igreja na década dos 50, com uma identidade espacial construída no preciso momento histórico de entrecruzamento de práticas e discursos regionalistas”. Pernambuco se destaca (CALLADO, 1979:46):

Pernambuco é, neste momento, o maior laboratório de experiências sociais e o maior produtor de idéias do Brasil. Pernambuco nem se parece com Cuba, nem com a URSS. Por outro lado já não parece com o resto do Brasil. Sua pobreza continua enorme mas sua atividade revolucionária, sua busca de soluções em todos os terrenos dão-lhe uma vitalidade maior que a de qualquer outro Estado.

Segundo Luciana JACOOUB (1990:36), vivenciavam “o cambão, o aumento do foro, a expulsão da terra, o vale-barracão, o engano do lápis e demais formas de exploração impostas ao campesinato”. O problema camponês era social, porque as leis trabalhistas do governo Vargas não contemplaram os camponeses. A possível solução seria organizarem-se em associações ou ligas. No contexto histórico-social “exploração-miséria” do campesinato

* (Doutora em História) UNIDF.

¹ O poder aqui é entendido na concepção foucaultiana, ou seja, como algo que não se detem em um espaço, objeto ou como uma propriedade que se possui ou não. Em consequência, não existem aqueles que detêm o poder e aqueles que são aliados dele, mas práticas ou relações de poder. Ver Michel Foucault. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

do nordeste, o militante pecebista convenciona o trabalhador rural a reivindicar direitos e a transformar seu cotidiano em batalha pela cidadania². Relata Carlos BAUER (1995:69):

até o final dos anos 50, a estrutura agrária e a situação dos trabalhadores rurais continuavam nas suas formas tradicionais. 70% das terras eram formadas por latifúndios, na maioria de baixa produtividade, predominando a monocultura do café no Centro-Sul, do algodão, cana-de-açúcar e cacau no Nordeste e da pecuária no restante do país.

O país permanecia com a estrutura econômica voltada à agricultura de exportação: vender produtos primários, exportar manufaturas, e população rural de lavradores proprietários ou empregados na agricultura. A sociedade se compunha por quem se arrogava poder econômico e social (coronéis, fazendeiros) e destituía da terra o homem, sem reconhecer-lhe direitos trabalhistas. Comenta Durval ALBUQUERQUE (1999:180): “sendo espaço-pretexto para pedir providências públicas, mendigar favores, adquirindo imagem de espaço-rebelde, que anuncia a transformação social ou com ela ameaça, como espaço-denúncia das relações sociais”.

Neste quadro o PCB, apesar da clandestinidade, escolheu o nordeste como prioritário para propagar seu discurso de libertação do povo sofrido e desamparado pelos poderes competentes. Como salientava Francisco Julião (1962:11), "cresce diante dos olhos, a miséria do camponês sem terra ou de pouca terra, que sobrepuja todas as misérias, até mesmo a das massas urbanas". Sendo o imaginário lugar de enunciação do pensamento, de esperanças de uma coletividade, o PCB foi ao imaginário social dos camponeses para estimulá-los a resistir contra a exploração, as baixas condições econômicas e o devaneio da vida digna.

Analisa ALBUQUERQUE (1999:201), “o Nordeste passa a ser, neste discurso, o lugar onde se encontra uma ética guerreira e uma ética salvacionista”. Como mostra Francisco Julião (1962:11):

quem se detém diante dessa paisagem, logo vislumbra (sem necessidade de luneta), porque cresce diante dos olhos, a miséria do camponês, sem terra ou de pouca terra, que sobrepuja a todas as misérias, até mesmo à das massas urbanas enjauladas como animais sem fibra nos mocambo do Recife, na favela do Rio ou na maloca de Porto Alegre.

² Segundo Manoel Correia de Andrade (1989:27), nos anos 20 em Pernambuco, “destacou-se, então, como líder operário, um professor da Faculdade de Direito, Joaquim Pimenta, que, com posição sindicalista, organizou as classes menos favorecidas para enfrentar o poder público, tomando atitudes às vezes dúbias e fazendo alianças as mais díspares. Seu prestígio, que por exemplo foi muito grande, passou depois a ser contestado por grupos operários de orientação anarquista, e em seguida por grupos de orientação marxista (...) Cristiano Cordeiro organizou o Partido Comunista e arregimentou adeptos para disputarem as eleições e atuarem nas reivindicações operárias dos fins dos anos 20 e durante os anos 30”.

As categorias defrontavam-se com trabalho explorado, sem escola, sem assistência à saúde, sem vida digna. Gente de espírito humilde, ingênuo, acolhedor, fraterno vivia sob injustiças sociais. Nessas turbulências sociais Julião planejou construir uma nova sociedade na região camponesa nordestina e no restante do Brasil. No imaginário camponês era ele “o salvador”, o que lutava por aqueles seres atormentados, aflitos, ansiosos, sofridos. Para o catolicismo, era a revolução diabólica chegando ao campo.

O espaço abrigava a geração revolucionária, para ANDRADE (1989:26):

tradições que se afirmam desde o período colonial, quando ocorreu a chamada Insurreição Pernambucana contra os holandeses (1648-54) e a Guerra dos Mascates (1710). Foi também, em território pernambucano – Alagoas ainda pertencia a Pernambuco – que se registrou a maior resistência negra contra a escravidão, com a Guerra dos Palmares.

Nos anos 20, Pernambuco assistira a levantes de trabalhadores. Dirigentes de classes operárias lutaram por seus direitos. Nas eleições dos 40, diz ANDRADE (1989:26), “o Partido Comunista de Pernambuco mostrou-se forte e elegeu 3 deputados federais e 9 estaduais; foram organizadas as primeiras ligas”. Nas eleições de 1958, para AZEVEDO (1982:13), Cid Sampaio chegou ao poder. “Um conjunto oposicionista que uniu forças populares a grupos industriais elegeu governador o engenheiro Cid Sampaio³, que empossado procurou conter o avanço das forças populares”.

Entende AZEVEDO (1982:69), “com a vitória de Cid Sampaio no pleito de 1958 as condições políticas do Estado mudaram radicalmente, estabeleceu-se um clima mais democrático e favorável à ação das organizações populares e à reversão da repressão policial que caracterizara o governo anterior”. Cid no governo propiciou que as ligas camponesas lutassem para desapropriar o engenho Galiléia. Sobre o governo Cid, ANDRADE explica (1989:35):

³ Segundo Fernando Azevedo (1982:68), o governo de Cordeiro de farias, “em meados de 1956, elabora, através da Secretaria da fazenda, um novo Código Tributário, que envia para discussão e aprovação na Assembléia Legislativa, onde o PSD é majoritário. De imediato, a Associação Comercial de Pernambuco e o Centro das Indústrias de Pernambuco definem-se contra o projeto de arrocho fiscal. Nesse momento, unem-se numa frente única comerciantes, industriais, partidos oposicionistas, sindicatos e associações de classe que, diante da aprovação final do projeto, decidem deflagrar um lock-out em todo Estado, como forma de protesto. O *lock-out* é realizado no dia 9 de novembro de 1956. Neste dia, circula um manifesto de apoio irrestrito ao movimento, assinado por vários sindicatos e as Ligas Camponesas”. Foi desse movimento que saiu a Frente de Recife que elegeu Cid Sampaio governador em 1958.

para atenuar a tensão no meio rural, Cid sancionou projeto de lei de autoria do deputado socialista Carlos Luís de Andrade que desapropriava o engenho Galiléia, mas o engenho desapropriado não foi entregue aos camponeses, mas sim, a Companhia de Revenda e Colonização (CRC), à qual toda o papel de organizar a distribuição de terras e a exploração agrícola.

À parte este projeto de assentamento beneficiar uma parcela de trabalhadores rurais, não atendendo à maioria camponesa, o governo Cid Sampaio, apoiado à esquerda, comprometera-se com usineiros, latifundiários e suas reformas para o campo eram encenação, não iam à raiz do problema, a reforma agrária⁴. AZEVEDO (1982:72) interpreta:

a desapropriação, apesar de ser um precedente aberto, não se constituiu num ato revolucionário. Muito pelo contrário, foi um ato de exceção, realizado dentro dos parâmetros constitucionais e sob o estreito controle do governo, que tencionava intervir no campo, exatamente, para tentar diluir os conflitos mais agudos nas regiões de tensão social entre camponeses e proprietários rurais.

A luta no campo tomou outro rumo; a estratégia de combate na zona rural, a reforma agrária pela luta armada.

Em 1960, Miguel Arraes, cunhado do governador Cid Sampaio e secretário fazendário (contra a vontade de Cid), tornou-se prefeito do Recife⁵. Roubou a cena tradicional, foi apoiado pelas esquerdas e pelo povo e iniciou um tempo jovem para o cenário político recifense, refere ANDRADE (1989:235): “A ação de Arraes como prefeito de Recife o credenciou a ser o candidato das esquerdas a governador do estado”.

Lançou-se candidato a governador em 1962, apoiado à esquerda (Julião, inclusive) e por uma ala do PSD ANDRADE (1989:37) denota uma acirrada e radical campanha política no estado. Adversários políticos lançaram-se inesperadamente contra Arraes, hostilizaram-no como comunista e capacho de Moscou. Arraes transpunha a imagem do homem popular que conhecia e se preocupava com o povo. Seu opositor representava ricos e igreja.

Alcançou o poder. Entre os desafios destacava-se a questão agrária, a necessidade de produção de alimentos e de proteção a pequenos produtores, a difusão da educação, melhoria

⁴ Segundo Manoel Correia de Andrade (1964:235), “a Companhia de Revenda e Colonização é uma organização de âmbito estadual. Foi organizada pelo Governo Cid Sampaio em Pernambuco, quando premiado pelas massas orientadas pelas Ligas Camponesas, teve de desapropriar o Engenho Galiléia e, logo após, os engenhos Barra e Terra Preta, todos no município de Vitória de Santo Antão, zona de influência dos foreiros e dos moradores sujeitos a regime do “cambão”. A criação da CRC serviu também para tentar orientar a colonização desordenada que se tentava fazer desde 1948, encaminhando os trabalhadores sem terras para as terras desapropriadas e para as terras devolutas.

⁵ Para Vanilda Paiva (1973:236), em 1960, o então Prefeito de Recife Miguel Arraes instituiu o Movimento de Cultura Popular MCP. “O Movimento nasceu da iniciativa de estudantes universitários, artistas e intelectuais pernambucanos que se aliaram ao esforço da Prefeitura da capital no combate ao analfabetismo e a influência de idéias socialistas e cristãs. O movimento pretendia encontrar uma fórmula brasileira para a prática da educação ligada às artes e à cultura do povo e sua

de saúde, habitação e estímulo a mais participação do povo em decisões políticas. CALLADO (1979:190) indica que com no primeiro ano no governo pernambucano:

preparando-se para fazer um grande governo no seu Estado e colocado diante da massa inerte e analfabeta, percebeu que só realizaria o que tinha a realizar se despertasse essas massas da sua letargia. Não só garantiu, pela primeira vez no Brasil que o salário mínimo dos camponeses fosse realmente pago, como estimulou e ajudou os que desejavam se lançar com fervor ao serviço do povo, fossem padres, comunistas, revolucionários, cientistas.

Para ANDRADE (1989:40), “a vitória trouxe para Arraes uma grande responsabilidade porque os eleitores esperavam muito deles, como todo o Brasil, cansados das velhas estruturas de dominação e descrentes do populismo, esperavam que do seu governo saíssem novas alternativas para o desenvolvimento do país”. Para o autor citado, na sua posse Arraes foi enfático, afirmando de novo suas “propostas para combater e sanar os problemas mais urgentes da população pernambucana, como a diminuição da pobreza e miséria da zona rural e urbana e, principalmente, a questão agrária”.

O governo Arraes tinha pressa em acabar com a fome em Pernambuco, porque precisava de urgente crescimento da produção de alimentos, a fim de que quem necessita de comida, de calorias, usufrua dessas essencialidades à sobrevivência. Defrontava-se, entretanto, com delicada realidade no campo⁶. Para AZEVEDO (1982:14):

Arraes governador, ciente das limitações de um governo estadual em uma Federação, assim como da necessidade de não provocar um cheque com forças superiores, desenvolveu uma política ao mesmo tempo progressista e realista, em relação ao trabalhador rural. Assim, na área canavieira, onde o modo de produção capitalista já dominava todo o setor produtivo, procurou fazer respeitar o Estatuto do Trabalhador Rural, que melhorava consideravelmente a situação da massa trabalhadora, e garantiu a organização e funcionamento tanto das Ligas camponesas como dos sindicatos rurais.

Reitera AZEVEDO(1982:15):

nas áreas em que o modo de produção capitalista ainda não se efetivava verticalmente até a produção, ele procurou organizar os pequenos proprietários à base do fornecimento aos de crédito subsidiado, da assistência agrônômica, da

atividades estavam voltadas, fundamentalmente, para conscientização das massas através da alfabetização e da educação de base”.

⁶ Para Manoel Correia de Andrade (1989:42), “a situação do governo diante dos movimentos camponeses era difícil. Organizaram a Secretaria Assistente, criada no governo anterior para orientar os sindicatos e servir de elo entre o governo, mas ele não conseguiu conter os movimentos mais extremados, que pela dificuldade de convencer os camponeses a serem moderados, que pela atuação de muitos dos seus interesses que, investidos de mando, passaram a portar-se como as autoridades tradicionais e até a fazer coação sobre os revolucionários”.

informação agrícola e da organização da comercialização, utilizando dois dos seus órgãos de governo, o Grupo Executivo da Produção de Alimentos (GEPA) e a Companhia de revenda e Colonização (CRC), para realizarem tal transformação.

Com habilidade nas questões do campo, Arraes tornava sólida a posição dos assalariados, conduzia-os a requerer melhores condições de trabalho e vida melhor, “libertando-os de pagar juros extorsivos a intermediários e da venda antecipada da produção a preços inferiores aos de mercado”. Os conflitos aumentavam. ANDRADE (1989:43) relata que propriedades foram invadidas, indo o governador ao local para manter a ordem e “conter os grupos que instigavam os trabalhadores a ocuparem a propriedade; e utilizou viaturas do estado para transportar invasores ao Parque de Exposição de Animais - Recife e depois dar-lhes melhor destino”.

Ainda ANDRADE (1989:44):

o governo Arraes procurava encaminha-se para uma reforma agrária estrutural, feita de dentro dos padrões e desafios brasileiros, sem maiores compromissos com teorias políticas sociais importadas. Por isso procurou dar apoio aos trabalhadores assalariados em suas reivindicações legais, protegendo-os do tradicional arbítrio dos patrões, fazendo chegar aos pequenos produtores o crédito agrícola a juros baixos e organizando a comercialização da produção agrícola.

O governo Arraes contactou as massas nos treze meses de poder, mas as oligarquias nunca aceitaram sua chegada a governador de Pernambuco. Em união com a USAID (United States Agency for International Development), a Aliança para o Progresso e os militares o derrubaram, retornando ao poder as antigas oligarquias. Fim do histórico período Miguel Arraes de Alencar, grande personagem nas lutas nordestinas. Explicita BASTOS (1984:47):

o clima existente a partir de 1955, onde a denúncia das condições do camponato reforça a idéia da marginalidade do Nordeste no processo de expansão do capitalismo e da necessidade de urgentes medidas para solucionar a situação, resulta na criação de espaço político propício às mobilizações camponesas e à emergência de suas reivindicações.

Francisco Julião e José dos Prazeres trabalharam o imaginário social do camponês e organizaram, expandiram lutas e buscaram realizar seus desejos. José dos Prazeres incentivou os galileus a contratar um advogado, como maneira de deslocar a fiscalização do conflito para o centro urbano, Recife. Francisco Julião, advogado e deputado estadual pelo PSB, na condição de líder desfrutou do exercício de poder e organizou os camponeses do Engenho Galileu.

Julião reconhece condições políticas favoráveis à mobilização do camponês e as transforma em vantagem para o movimento. Vai ao encontro do imaginário social do trabalhador com o discurso da união camponesa por direitos e deveres garantidos no espaço sociopolítico brasileiro. Com economia estruturada no cultivo e na produção da cana-de-açúcar, expressa JACOUD (1990:31) essa estrutura “encontrava-se em processo de transformação e desorganização de seu perfil tradicional. A industrialização na fabricação do açúcar, com o aparecimento das usinas, ensejou profundas modificações nas relações de produção e nas relações de trabalho até então vigentes no setor”.

A entrada de investimentos industriais na produção de açúcar estabeleceu um novo panorama espacial no campo. Com a criação de usinas de açúcar, aumentou à procura pela cana, a substância bruta principal para a produção industrial. JACOUD (1990:31) exprime:

as usinas passaram a ter em suas terras dois tipos de exploração: uma parte da propriedade era explorada pela própria usina, utilizando trabalhadores aí residentes – os moradores; outra parte era comumente alugada a pequenos plantadores de cana – os foreiros – que pagavam pelo uso da terra uma renda fixada entre 20 e 50% do valor recebido pela venda da cana.

Na década de 40, ao fim da Segunda Guerra, o governo do Brasil adotou política de crescimento econômico, responsabilizando-se por produção e comércio, estimulando produtores de açúcar a aumentar o plantio da cana e a produção de açúcar para exportação. A medida arruinou o trabalhador rural, expulso das terras dos engenhos, assalariado, explorado pelos usineiros. Nesse contexto de más condições de vida e produção afloraram as ligas camponesas, associação de trabalhadores que transformaria a zona rural.

No fim dos anos 50, no nordeste circulavam duas imagens de Julião⁷, acolhe Leda Julião Barreto (1963:65): “pela Igreja Católica era uma força diabólica que levava mensagem de revolta e conflito e como um salvador para os camponeses”. Padre Tiago G. Cloin (1962:449) define: “a zona rural constitui a zona mais explosiva do país, mais do que a urbana. O comunismo tramita-a e agita-a, tentando conquistá-la pela sindicalização das ligas camponesas”. Para CALLADO (1979:188):

⁷ Francisco Julião Arruda de Paula, nascido em Bom Jardim, Pernambuco, teve uma longa infância passada no engenho do seu pai, Adauto Barvosa de Paula, mergulhado na rude natureza dos campos do Nordeste do Brasil. Seus divertimentos infantis eram o cavalo, que montava em pelo, e as correrias pelas planuras, as colinas da grande propriedade da família, com seus sete irmãos. Desse tempo ficou-lhe a linguagem rica da imagem telútica, o amor da natureza e das coisas simples, e o gosto da solidão e do silêncio, em que hoje em dia procura reencontrar suas raízes cada vez que tem de lançar-se à luta”.

Julião queria uma revolução sangrenta no Nordeste. Que os camponeses tomassem, com foices e fuzis, as bastilhas dos engenhos de açúcar, das casas grandes. Queria dar-lhes a noção de que o homem não é um ser planejado abstratamente. É um ser que se conhece, em primeiro lugar, pela afirmação violenta de si mesmo. Ainda que fosse possível salvar o Nordeste sem violência, Julião acharia essa salvação uma pena.

LUSTOSA (1991:159) confirma a imagem diabólica da igreja sobre Julião: a iniciativa de Julião é o estopim que aceso vai deflagrar todo o processo de conscientização política e social do povo abandonado e desorganizado dos campos. A situação de crise se implanta e até é cultivada pelos agitadores”. Aumentava a preocupação da igreja no campo e acentuava-se seu discurso contra as esquerdas. Escreveu o padre L. J. LEBRET (s/d:01): “o comunismo se nos revela como uma força universal particularmente virulenta que compromete perigosamente a fé das massas camponesas”.

Servus MARIE (1994:129) relata que com o crescimento das ligas camponesas em estados nordestinos e outros, “o caráter cada vez mais radical da luta e a explicitação cada vez maior de uma linha ideológica marxista levaram o episcopado a empreender uma ação mais decisiva em prol do sindicalismo rural”. Para demonstrar as duas imagens de Julião, um ex-monitor de escola radiofônica em Caicó-RN declarou: “nos anos 60, a região nordeste parecia um caldeirão fervendo de idéias comunistas, e a Igreja Católica jogou um balde de água fria com a criação das escolas radiofônicas, para conter o avanço dessas idéias⁸.”

Para o imaginário social camponês Julião era “o salvador” de uma camada social marginalizada que não via esperanças para resolver seus problemas sociais. BARRETO (1963:53) enfatiza: “Julião canaliza impulsos de revolta dos camponeses □...□ que vegetam em condições sub-humanas”. Une-se à categoria para defendê-la das amarguras e injustiças que a atormentam há muitos anos e fazer a revolução social no campo.

Compreende CALLADO (1979:84), “quando os adversários - para dizerem que a sociedade tinha caráter subversivo (e tinha) - chamaram-na Liga Camponesa, Julião viu que o nome era bom e adotou” como opção para identificar os trabalhadores do campo, que se comprometia a defender contra a espoliação dos que moravam no campo e precisavam de ajuda jurídica, política ou econômica.

Os camponeses encontravam-se encurralados na zona rural, sem quem os ajudasse a se organizar. Abandonados e carentes, precisavam do líder que se interessasse por suas reivindicações, tomasse para si seus sofrimentos. Julião foi o escolhido. Para Claude-Gilbert

⁸ Entrevista concedida em 2001 na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caicó/RN.

DUBOIS (1995:33), “a crença nasce do imaginário espetacular; atribui o caráter de realidade ao objeto”.

Tinha-se fé no homem que interpretava leis, idolatrado “salvador” dos camponeses, “Messias” dos oprimidos. Disse BARRETO (1963:52), “ele procurou transformar as Ligas em enorme contingente humano adormecido pela ignorância e por atrozes condições de subdesenvolvimento, mas dotado de potencial energético incalculável”. O discurso do líder chegava forte à zona rural, pregava revolta contra a realidade dos que não acreditavam transformar os problemas. Materializava-se o discurso das denúncias da questão agrária.

Ressaltara BACKZO (1985:330), “o sistema de imaginários sociais culmina na fabricação do carisma do grande chefe”. Julião é carismático para o camponês, salva a massa sofrida, confinada à penúria, à falta de instrução. BARRETO (1963:62): “às vezes beijam-lhe a mão – Julião evita, mas não pode repelir - porque choca a simplicidade de povo tão amável. Vez ou outra mulheres, velhinhas encurvadas, se ajoelham no gesto de lhe tomar a bênção e de prometer rezar por ele, para que nada de grave lhe acontecesse.

ALBUQUERQUE JR. (1999:201) escreveu “o Nordeste passa a ser o lugar onde se encontram uma ética guerreira e uma ética salvacionista”, imagens que saíam de Pernambuco para toda a região nordestina. Em seu discurso Julião demarcava os fatores que possibilitariam o sucesso no trabalho de organização das ligas:

Jurídico; financeiro e econômico. Por outras palavras, a classe a ser organizada, precisa: a) dispor na sociedade em que se situa de uma lei que proteja alguns dos seus direitos; b) possuir um mínimo de condições financeiras, que lhe permita conduzir, legalmente, a defesa dos seus direitos; c) finalmente, ter um mínimo de condições econômicas, que lhe permita oferecer resistência ao adversário (1962:50).

Aproveitando símbolos, ritos, sonhos, paixões, Julião falava a linguagem franca e espontânea do camponês, como liberdade de trabalho, de expressão, de vida. Chegava ao homem do campo com linguagem direta, simbólica da terra, de apelo emocional. Ensina-lhes a ‘revolução redentora’(1963:53), as bases da motivação revolucionária na consciência do homem do campo”.

A liga seria o espaço a percorrer o trabalhador rural, para acabar com o cativo em que se encontrava. Projeto político para causar mudanças bruscas, transformação radical de estrutura política, econômica e social a iniciar-se no campo e propagar-se nos grandes centros. Se isolado, expulso da terra, o campesinato não podia pedir proteção.

O guerreiro chegava ao campo tendo o discurso centrado em leis para redimir os que queriam a liberdade de viver vida mais justa. Sua palavra era ordem: “avante

Apesar do Brasil desenvolver-se industrial, tecnológico e culturalmente, havia confrontos no campo (“casos de polícia”). Aumentavam como uma guerra civil entre posseiros, foreiros, meeiros e latifundiários. Dirigida por Francisco Julião a organização tornou-se um partido revolucionário e radical, cuja meta era controlar todas as associações rurais. Não suportou a crítica nem o combate do PCB nem da Igreja Católica.

No primeiro momento as ligas alcançam combater sem armas contra a expulsão dos camponeses. Depois viriam reforma agrária, desapropriação do Engenho da Galiléia. Dos anos 60 em diante AZEVEDO (1982:84) “as Ligas se transformariam no fantasma que rondaria os campos, agitando a velha ordem estabelecida e ameaçando, com o espectro da reforma agrária radical”. A luta passaria a ser seu símbolo junto ao camponês. Com a desapropriação de Galiléia (1959), um dos maiores trunfos camponeses, as ligas camponesas se disseminaram pelo Brasil.

Para NOVAES (1997:72), “Julião foi reconhecido como o profeta que pessoalmente trazia a nova era”. O Messias dos camponeses advogava também o voto para o analfabeto, defendendo que a maioria não votava. Nos anos 50 o Brasil tinha 70 milhões de habitantes, mas só 15 milhões podiam votar, dado que 35 milhões de analfabetos estavam impedidos de exercer esse direito cidadão⁹. Julião (1962:78) se expressava:

não há injustiça maior do que essa de se negar o voto ao analfabeto, se ele paga imposto e carrega o país nas costas. Por que o analfabeto não vota? Por que o latifúndio não quer. Está na Constituição [...] Não é o governo do povo pelo povo. Porque o povo é a maioria e a maioria não vota. É preciso emendar a Constituição e arrancar o voto para o analfabeto. Com a pressão da massa. Do camponês e do operário.

Leda Barreto (1963:122) fala que “o místico é também perigoso – para os adversários, evidentemente – porque é otimista. Cumprindo o seu dever, sabe que está fazendo o máximo. E sabe – sente intuitivamente – que as coisas acontecem e acontecerão”. Não lhe importa perder uma batalha, interessante é levar o grande proprietário à justiça, mesmo que se perca a causa. Exigir-lhe a presença num tribunal equivalia a condená-lo, já que o latifundiário era o senhor do sertão.

⁹ Grifo de Otaíza Oliveira Romanelli, História da Educação no Brasil (1998:49).

Falava o advogado que se comprometia a salvar o camponês das garras do latifúndio. Culpava “o proprietário rural e o imperialismo americano” pelo que acontecia de ruim no campo (1962), num discurso pleno de metáforas marxistas, que chegava à zona rural em dom divino, penetrando no imaginário social camponês como transformador da situação.

A ação das ligas mobiliza a igreja para ladear os camponeses. VARGAS, nesse imaginário cristão (1986:19), reporta: “o comunismo não pode trazer melhoria para o homem do campo, porque acaba com a liberdade, gera ódio e a vingança entre os homens e é contra Deus”.

Seguindo o modelo do SAR (Natal), em 1961, 25 padres de Pernambuco encontraram-se para analisar a questão agrária e lançaram a idéia de criar sindicatos no campo. Instituíram o Sopro (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco). Antônio Melo, vigário do Cabo-PE desenvolveu a idéia, financiada pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Os objetivos, ao ver de Bruno PUCCI (1985:58), eram “formar sindicatos de acordo com os princípios sociais da Igreja e colocá-los à liderança dos sindicatos em formação para resolverem harmoniosamente os conflitos entre camponeses e proprietários”.

Em Jaboatão dos Guararapes-PE, onde havia forte influência de comunistas, o padre Paulo Crespo criou sindicatos para fazer frente às ligas. Segundo BAUER (1995:75):

dentro de uma ideologia que defendia o direito à propriedade privada, privilegiando o sistema latifundiário, e um sentimento de humanitarismo que pregava a necessidade de uma legislação trabalhista que protegesse os trabalhadores rurais, a Igreja católica desenvolveu um trabalho de formação de sindicatos rurais e algumas experiências de cooperativismo.

Alberto Tamer (1972:130) confirma:

um dos homens que mais viveu, no Nordeste, o drama da luta da igreja contra a extrema esquerda (comunistas) e a extrema direita (alguns usineiros, fornecedores de cana e outros), foi o Padre Paulo Crespo, vigário de Jaboatão
□...□Sentiu que lhe caberia uma ação pioneira não somente levada pelo sentimento simplesmente cristão de minorar a miséria toda daquela população, mas pelo interesse de impedir a comunicação do Nordeste.

Desejando ardentemente o fim das ligas e dos comunistas, o padre criou o movimento sindical na Zona da Mata de Pernambuco, para socorrer e resolver de forma passiva a problemática dos trabalhadores rurais dessa região pernambucana. O autor cita um documento escrito pelo padre Crespo:

o Nordeste fervia. A agitação era inegável. Os usineiros, temerosos, acusavam Arraes de guardar a política nos quartéis, enquanto Julião e os comunistas agitavam o campo. Falava-se mesmo que Fidel Castro mandara agitadores para aqui. Eram comícios, eram passeatas, era Jango dando um pouco de corda aqui, tirando outro tanto ali, manobrando com uma situação cuja delicadeza subestimava e cuja gravidade estava acima de sua inteligência.

Os trabalhadores rurais acordavam do berço esplêndido supunham uma nova realidade social, a esperança de triunfar sobre a miséria.

as Ligas Camponesas proliferavam assustadoramente. Politicóide, sem senso social algum, procuravam explorar esta novo fato social, para vantagens próprias e não para solucionar o problema do camponês sofredor. Assim, os pobres camponeses ficavam esmagados como canas na moenda de açúcar, entre os politicóides da época. O resultado era a revolta cada vez maior dos pobres homens sofredores dos campos.

Os sindicatos criados pela hierarquia católica e reconhecidos pelo governo são mera harmonização entre patrões e trabalhadores, cabendo à igreja fiscalizar as tensões nas populações rurais. Luiz Eduardo W. Wanderley (1984:277) entende que “o clero que atuou na sindicalização rural teve uma orientação predominantemente de contenção ao comunismo e de combate às ligas camponesas, com raras exceções”. Para este autor:

os grupos católicos que organizaram sindicatos rurais no Nordeste desenvolveram uma atuação mais organizada e sistemática, com resultados efetivos, destacando-se os casos do Rio Grande do Norte, com base no SAR, daí se estendendo para outras regiões, com equipes ligadas aos secretariados de ação social das dioceses.

Julieta Calazans (1961:05) mostra em sua cartilha para ensinar o trabalhador do campo o significado e a importância do sindicato:

é um grupo formado por pessoas que trabalham em serviço do mesmo ramo. Por exemplo: se os trabalhadores da usina de Algodão de Caicó, Serra Caiada e Mossoró quiserem fundar um Sindicato ficarão unidos pela profissão, embora morem bem distantes. Assim mesmo é o caso dos trabalhadores Rurais. Um sindicato no campo reunirá os trabalhadores das fazendas de perto e de longe. Todos ficarão pertencentes ao mesmo grupo, formando uma só família trabalhadora.

Juntas, as categorias permutariam práticas de trabalho, dariam auxílio umas às outras nas dificuldades. A autora citava: “o Sindicato é um órgão de promoção, de defesa e de representação dos interesses profissionais das pessoas que congrega”. A fala da Igreja Católica de Natal sobre o sindicato com voz conciliatória, apesar de pregar união entre

trabalhadores, divergia do discurso das ligas, com Julião em tom revolucionário: “o sindicato só sai se tu te unires ao teu irmão. Se aprendes a votar. Ou se fizeres a greve”.

Os direitos dos cidadãos são sagrados porque nascem com eles. Melhorar sua vida é direito que todo ser humano tem. O sindicato era meio de acesso a esse melhoramento. A transformação que pretendia alcançar seria a reforma agrária, adianta CALAZANS (1961:12):

justa e honesta. Não é a reforma agrária para tomar terra e dar terra. A terra só não resolve nada. Precisamos de uma reforma que facilite aos trabalhadores adquirirem seu pedaço de terra. Para isso é preciso ajuda da nação, orientação técnica, educação de base e outras medidas que façam ficar no campo [...] É bom que fique bem claro, o sindicato não é contra o patrão, nem contra ninguém. Ele é pela melhora do trabalhador.

No discurso cristão, o sindicato não devia ser fundado para tumultuar o campo, invadir terras, exigir reforma agrária sob violência. O sindicato dos católicos representava a promoção do homem rural, não a agitação no campo. A autora acrescentava: “é bom que a gente tire algum resultado da leitura desta cartilha. Para isto vale a pena recordar o que foi dito”. Para o trabalhador esquecer as Ligas Camponesas, Calazans (1961:14) ensinava:

O sindicato deve trabalhar pelo bem comum e nunca pelo bem de uma só pessoa. O sindicato deve trabalhar por uma mudança, pela educação e nunca pela luta de classes. Trabalhar no sindicato em colaboração e de forma organizada. O sindicato deve orientar reivindicações programadas. Reivindicar quer dizer: Procurar a conquista de alguma coisa, que pelo direito já devia ser sua. O sindicato tem que ver o homem todo e ser idealista. O nosso sindicato deve ser livre e não obrigatório. O sindicato é uma associação profissional e não política.

A primeira preocupação da Igreja Católica era o sindicato ser expressão dos interesses de todos. Depois, lutar por uma transformação na zona rural, mas que não entre proprietários e trabalhadores. Essa violência não interessava à instituição religiosa. Acrescenta Calazans (1961:18):

Com o uso do rádio, aulas e encontros, a Igreja Católica de Natal ensinou a criar e fazer funcionar sindicatos dentro da Doutrina Social Cristã. Para CALAZANS (1961:21), “quem escuta a Emissora de educação Rural pode ouvir todas as terças feiras às 20h15 o programa ‘em marcha para o campo’, que explica a doutrina e a organização dos sindicatos”. O SAR, em colaboração com as escolas radiofônicas, lecionava e assistia o trabalhador rural na criação de sindicatos. Ouvia-se no rádio a voz cristã católica sobre sindicalismo rural e se podia ler “Vida Rural”, jornal criado pelo SAR.

Para fundar sindicatos no campo, os católicos usaram as seguintes táticas: dividir o estado em três zonas sindicais: Natal, Mossoró e Caicó, maiores centros urbanos do Rio

ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

Grande do Norte. Nelas instalar-se-iam sedes; nas pequenas cidades, as delegacias. A estrutura lembrava a das ligas camponesas. Calazans (1961:25) asseverava que “depois que cinco sindicatos estiverem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho será criada a Federação de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte, sede em Natal”.

Através das escolas radiofônicas o MEB organizou e legalizou sindicatos, sendo a educação sindical a técnica básica contra a esquerda.

A igreja criou o maior movimento possível de educação pelo rádio, com apoio do governo, e investiu contra as ligas. Esplêndidos os resultados: as ligas cessaram e o golpe militar de 64 fechou-as em definitivo.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Durval Muniz Jr. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. Violar Memórias e Gestar a História. **CLIO – Revista de Pesquisa Histórica**. Recife, n. 15, p. 39-51, 1996.
- ALVES, Rubem. *Filosofia Ciência. Introdução ao jogo e as suas regras*. São Paulo: Loyolas, 2000.
- ANDRDADE, Manoel C. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- _____. *Lutas Camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. *Nordeste: Espaço e Tempo*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- AZEVEDO, Fernando Antonio. *As Ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BACKZO, Bronislaw. *Imaginação Social*. Enciclopédia Eunaudi. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.
- _____. *Igreja*. Enciclopédia Eunaudi. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985..
- BARRETO, Leda Julião. *Nordeste – Revolução*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963
- BAUER, Carlos. *Contribuição para a história dos trabalhadores brasileiros. A Hegemonia Vermelha*. São Paulo: Pulsar, 1995. Vol. II.
- CALLADO, Antônio. *A Volta às Cooperativas da Morte*. in *Brasil: Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *Tempo de Arraes. A Revolução sem Violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- CALAZANS, Juliêta. *Cartilha Sindical do Trabalhador Rural*. Natal: Publicação do Serviço de Assistência Rural – SAR, 1961.
- CRUZ, Dalcly da Silva. *A redenção necessária (Igreja Católica e Sindicalismo Rural – 1960-64)*. 1982. 137 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande
- _____. *Sindicalismo rural, igreja e partidos no Rio Grande do Norte, em 1960 (*)*. João Pessoa: Núcleo de Documentação e Informação História Regional – UFPB, 1985
- DUBOIS, Claude-Gilbert. *Imaginário da Renascença*. Brasília: UnB, 1995.
- JACCOUB, Vera, VARGAS, Nazira, COSTA, Maria B. SANTOS, Maria J. *MEB: Uma História de Muitos*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- JACCOUB, Luciana de Barros. *Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco 1955-1958*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco Editora Massangava, 1990.
- JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- LEBRET, L. J. *Os cristãos frente ao comunismo e ao anti-comunismo*. (Apostila, mimeo, s/d).
- MARIE, Servus. *Para Entender a Igreja no Brasil. A Caminhada que culminou no Vaticano II (193-1968)*. Petrópolis: 1994.
- NOVAES, Regina Reys. *De Corpo e Alma: Catolicismo, Classes Sociais e Conflitos no Campo*. Rio de Janeiro: GRAPHIA, 1997.
- PUCCI, Bruno. *A Nova Práxis Educacional da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1987.
- RUGAL, Elide Bastos. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- TAMER, Alberto. *Nordeste, os mesmos Caminhos. Reforma Agrária Afinal?* Rio de Janeiro: APEC, 1972.
- WANDERLEY, Luiz E. *Educar para transformar - educação Popular. Igreja Católica e Política no Movimento de Educação de Base*. Petrópolis: Vozes, 1984.